



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARA

ORDEM E PROGRESSO

ANO LX — 64.º DA REPÚBLICA — N. 16.907

BELEM

SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1951

LEI N. 451 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Abre o crédito especial de Cr\$ 8.320.000,00 em favor da firma Blyngton & Cia., de São Paulo.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 8.320.000,00 (oitocentos milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros) destinado ao pagamento das despesas efetuadas pela firma Blyngton & Cia., de São Paulo, contratada da reforma e ampliação dos Serviços de Águas e Esgotos de Belém, referentes ao corrente ano.

Parágrafo único. O encargo previsto neste artigo correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

LEI N. 452 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante concorrência pública, o navio "Tuchauá", de propriedade do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a, mediante concorrência pública, alienar o navio "Tuchauá", pertencente ao patrimônio do Estado.

Art. 2.º A concorrência pública de que trata esta lei far-se-á através de editais no DIÁRIO OFICIAL e nos jornais matutinos de maior circulação nesta capital, por prazo nunca inferior a trinta dias.

Parágrafo único. No edital de concorrência pública se fixará o preço mínimo de venda, mediante exame da embarcação por uma comissão técnica nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

ATOS DO PODER EXECUTIVO

(*) DECRETO N. 933 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1951

Retifica de Cr\$ 2.100,00 para Cr\$ 2.800,00 os provenientes da aposentadoria concedida a Manoel Maria de Carvalho.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política do Estado e tendo em vista o que consta do processo n. 2494/51 — SP,

DECRETA:

Art. 1.º Fica retificado de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros) para Cr\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros) os provenientes da aposentadoria concedida a Manoel Maria de Carvalho, ex-Encanador — padão G. do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, por decreto individual datado de 6 de dezembro de 1950; e tornando sem efeito o Decreto de 10 de agosto do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário Geral do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governador do Estado assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de

<p>As Reparticipes Públcas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.</p> <p>—As reclamações pertinentes à matéria retratada, n. os casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.</p> <p>—Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.</p> <p>—A matéria paga será recebida das 8 às 17 horas, e, aos sábados, das 8 às 11,30 horas.</p> <p>—Exetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.</p> <p>—As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.</p> <p>Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade:</p>	<p>E X P E D I E N T E IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ Rua do Una, 32 — Telefone 3262 Diretor Geral : OSSIAN DA SILVEIRA BRITO Redator-chefe : Pedro da Silva Santos Assinaturas Belém : Anual 240,00 Semestral 125,00 Número avulso 1,00 Número atrazado, por ano 1,50 Estados e Municípios : Anual 260,00 Semestral 135,00 Exterior : Anual 360,00 Publicidade : Página, por 1 vez 400,00 1/2 Página contabilidade, por 1 vez 400,00 Centímetros de coluna : Por vez 200,00 Centímetros de coluna : Por vez 4,00</p> <p>—A fim de evitar solução de continuidade no reembolso dos jornais, devem os assinantes providenciar a respeito ação com antecedência, mínima de trinta (30) dias.</p> <p>—As Reparticipes Públcas cingirão as assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.</p> <p>—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação solicitamos aos senhores clientes deem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.</p> <p>—Os suplementos as edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.</p> <p>—O custo de cada exemplar, atrazado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.</p>	<p>DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governador do Estado : resolve nomear Francisco Antônio do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de Comissário de Polícia do lugar Ressaca, Alto Quatipurá, Distrito Judiciário da Comarca de Bragança, município do mesmo nome, vago com a exoneração de Leonardo dos Santos Régo.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve conceder, nos termos do art. 169, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Maria José Ribamar Cantanhede, professor de 3.^a entrância — padron G, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar Vilhena Alves, 6 meses de licença, para tratar de interesses particulares (sem vencimentos), a contar de 10 de julho do ano corrente a 5 de janeiro do ano de 1952.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</p> <p>DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Luzia Iracema da Silva Marinho no cargo de Servente, classe D, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Pinto Marques.</p> <p>O Secretário Geral do Estado, assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Franceline Brandão dos Reis no cargo de Professor de 1.^a entrância — padron D, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Paricatuba, Município de Ananindeua, percebendo, nessa situação, os proventos de quatro mil trezentos e noventa e oito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 4.398,30) anuais.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve aposentar, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, Maria Madalena de Oliveira no cargo de Professor de 1.^a entrância — padron D, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Paricatuba, Município de Ananindeua, percebendo, nessa situação, os proventos de quatro mil trezentos e noventa e oito cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 4.398,30) anuais.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve exonerar, a pedido, Benedito Ramos do cargo de Comissário de Polícia em Almetrin, sede do município do mesmo nome.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve conceder, nos termos do art. 165, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Luzia dos Santos Pinheiro, professor de 1.^a entrância — padron B, do Quadro Único, lotada na Escola do lugar Piramanda, Município de Barcarena, 90 dias de licença, a contar de 22 de outubro do corrente ano a 25 de janeiro do ano de 1952, percebendo, nesse período, os vencimentos integrais do cargo.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.^o, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Leonardo dos Santos Rego do cargo de Comissário de Polícia de Ressaca, Alto Quatipurá, Distrito Judiciário da Comarca de Bragança, município do mesmo nome.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve nomear Sinésio Adi de Figueiredo para exercer o cargo, que se acha vago, de 2.^o Juiz Suplente em Condéixa, Distrito Judiciário da Comarca de Soure, Município do mesmo nome.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve nomear Sinésio Adi de Figueiredo para exercer o cargo, que se acha vago, de 2.^o Juiz Suplente em Condéixa, Distrito Judiciário da Comarca de Soure, Município do mesmo nome.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.^o, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Leonardo dos Santos Rego do cargo de Comissário de Polícia de Ressaca, Alto Quatipurá, Distrito Judiciário da Comarca de Bragança, município do mesmo nome.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve conceder, nos termos do art. 165, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Luiza Dyer Barones, professor de 3.^a entrância — padron G, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar</p>
		<p>Paulino de Brito, 90 dias de licença, a contar de 14 de setembro a 12 de dezembro do corrente ano, percebendo, nesse período, os vencimentos integrais do cargo.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p> <p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve conceder, nos termos do art. 169, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Maria José Ribamar Cantanhede, professora de 3.^a entrância — padron G, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar Vilhena Alves, 6 meses de licença, para tratar de interesses particulares (sem vencimentos), a contar de 10 de julho do ano corrente a 5 de janeiro do ano de 1952.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Franceline Brandão dos Reis no cargo de Professor de 1.^a entrância — padron D, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Cajuuba, Município de Muana.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Maria Veloso Moura no cargo de Professor de 2.^a entrância — padron G, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>
		<p>DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1951</p> <p>O Governor do Estado : resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Maria Moreira Cardoso no cargo de Professor de 1.^a entrância — padron B, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Comandante Castilhos, Município da Vila.</p> <p>O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.</p> <p>Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.</p>
		<p>Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO Governador do Estado Daniel Coelho de Souza Secretário Geral</p>

(Continuação da 1.^a pág.)

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governor do Estado :

resolve nomear Alfredo Amador para exercer o cargo, que se acha vago, de 1.^o Juiz Suplente em Condéixa, Distrito Judiciário da Comarca de Soure, Município do mesmo nome.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

O Governor do Estado :

resolve nomear Sinésio Adi de Figueiredo para exercer o cargo, que se acha vago, de 2.^o Juiz Suplente em Condéixa, Distrito Judiciário da Comarca de Soure, Município do mesmo nome.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secret

Sexta-feira, 28

DIÁRIO OFICIAL

Dezembro — 1951 — 3

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Iolanda Pereira da Silva no cargo de Professor de 2.ª entrância — padrão G, do Quadro Único, lotada no Grupo Escolar de Bragança.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve conceder, nos termos do art. 165, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Lúcia Tereza de Sousa Freire, professor de Canto Orfeônico — padrão G, lotada no Grupo Escolar José Bonifácio, 90 dias de licença, a contar de 18 de outubro do corrente ano a 15 de janeiro do ano de 1952, percebendo, nesse período, os vencimentos integrais do cargo.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve conceder, nos termos do art. 165, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Rainha Vieira Mourão, professor de 2.ª entrância — padrão E, do Quadro Único, lotada no lugar Tenoré, Distrito de Icoaraci, 90 dias de licença, a contar de 5 de outubro do corrente ano a 2 de janeiro do ano de 1952, percebendo, nesse período, os vencimentos integrais do cargo.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve efetivar, nos termos do art. 120, da Constituição Estadual, Antônio da Silva Rodrigues no cargo de Professor de 1.ª entrância — padrão B, do Quadro Único, lotada na escola da "Parada Bezerra", Município de Nova Timboteua.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Maria Gonçalves da Cruz do cargo de Professor de 1.ª entrância — padrão B, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Basília, Município de Viseu.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Maria Gonçalves da Cruz do cargo de Professor de 1.ª entrância — padrão B, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Basília, Município de Viseu.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.

DEPARTAMENTO
DE FINANÇAS

DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve conceder, de acordo com o art. 1.º da Lei n. 64, de 28 de outubro de 1948, licença especial de um ano, correspondente aos decênios de 26/7/29 a 26/7/39 e 27/7/39 a 27/7/49, a Oswaldo Rodolfo dos Santos, Almoxarife — padrão M, lotado no Serviço de Material, ressalvadas as disposições do art. 6.º da mesma lei e dos arts. 9.º e 10.º do Decreto n. 368, de 30/11/48.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve mandar lotar, na Coletoaria de S. Caetano de Odivelas, Otoniel Alvares de Melo, ocupante do cargo de Coletor — padrão G, do Quadro Único.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Wilton Queiros Moreira, do cargo de Guarda — padrão K, do Quadro Único, lotado na Recebedoria de Rendas.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DEPARTAMENTO ESTA-
DUAL DE SAÚDE

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve nomear, nos termos do art. 15, item I do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, o Dr. Wilson Coqueiro de Oliveira, ocupante do cargo de Médico leprologista — padrão R, do Quadro Único, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor — padrão X, do mesmo Quadro, com exercício na Colônia do Prata do Departamento Estadual de Saúde.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Maria Gonçalves da Cruz do cargo de Professor de 1.ª entrância — padrão B, do Quadro Único, lotada na escola do lugar Basília, Município de Viseu.

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve conceder, nos termos do art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Maria Alda Girão da Fonseca, escriturária, classe I, do Quadro Único, lotada no Centro de Saúde n. 2, do Departamento Estadual de Saúde, sessenta (60) dias de licença, a contar de 17 de dezembro de 1951, percebendo nesse período os vencimentos integrais do cargo.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve conceder, nos termos do art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Francisco Mariano de Aguiar Filho, técnico de Laboratório, classe Q, do Quadro Único, lotado nos Laboratórios do Departamento Estadual de Saúde, 30 dias de licença em prorrogação, a contar de 15 de outubro a 13 de novembro do corrente ano, percebendo nesse período os vencimentos integrais do cargo.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 21 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea a), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Daniel da Costa Garrido, do cargo de Almoxarife, padrão I, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

DECRETO DE 26 DE DEZEMBRO
DE 1951

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea a), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Daniel da Costa Garrido, do cargo de Almoxarife, padrão I, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas.

O Secretário Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de dezembro de 1951.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário Geral

GABINETE DO GOVERNADOR

DESPACHOS PROFERIDOS
PELO EXMO. SR. GENERAL
GOVERNADOR DO ESTADO:

Em 24/12/51

Peticões:

4119 — Bernardino Vieira da Silva (licença para exploração de castanhal, em Itupiranga) — Deferido, nos termos da informação.

4148 — Cecílio Rodrigues (licença para exploração de castanhal, em Itupiranga) — Prejudicado, com o deferimento concedido a Bernardino Vieira da Silva.

4353 — Manoel Miranda dos Santos (licença para exploração de castanhal, em Marabá) — Prejudicado, com o deferimento concedido a Maria de Almeida Costa.

4354 — Matias de Oliveira Filho (licença para exploração de castanhal, em Marabá) — Deferido, respeitada a licença concedida a Ezequiel Francisco da Luz.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

DESPACHOS PROFERIDOS
PELO SR. DR. SECRETARIO
GERAL DO ESTADO

Em 22/12/51

Ofícios:

N. 960, da Assembléia Legislativa (aumento de prego da carne verde) — Acusar e arquivar.

S/n, da Promotoria Pública da Comarca de Gurupá (comunicação) — Acusar, agradecer e arquivar.

S/n, da Promotoria Pública da Comarca de Gurupá — Acusar, agradecer e arquivar.

N. 752, do Departamento de Agricultura — Arquivar-se.

N. 1688, do Serviço de Material — Arquivar-se.

N. 327, da Biblioteca e Arquivo Público — Arquivar-se.

Julgado, com o deferimento concedido a Matias de Oliveira Filho.

4140 — José Teixeira de Sousa Barros (licença para exploração de castanhal, em Itupiranga) — Deferido, nos termos da informação.

4148 — Cecílio Rodrigues (licença para exploração de castanhal, em Itupiranga) — Prejudicado, com o deferimento concedido a Bernardino Vieira da Silva.

4353 — Manoel Miranda dos Santos (licença para exploração de castanhal, em Marabá) — Prejudicado, com o deferimento concedido a Maria de Almeida Costa.

4354 — Matias de Oliveira Filho (licença para exploração de castanhal, em Marabá) — Deferido, respeitada a licença concedida a Ezequiel Francisco da Luz.

N. 748, do Departamento Estadual de Águas (encaminha relação nominal dos funcionários do D.E.A.) — Ao S. P., para juntar ao expediente.

N. 524, do Departamento Estadual de Estatística (remeteu relação nominal dos funcionários do D.E.E.) — Ao S. F., para juntar ao expediente.

N. 420, do Comando Geral da Polícia Militar (capitando a p-

Dezembro — 1951

tição n. 3051, de Manoel Soares dos Santos, ex-cabo da P. M. (transformação de pensão em reforma) — Opine o S. P.

— N. 2296, do Departamento Estadual de Saúde (capeando a petição n. 44312, de Pedro Paulo Gonçalves e Silva; Polícia Sanitária do DESP — licença-saúde) — Sim, em termos. Ao S. P.

— N. 613, do Departamento Estadual de Segurança Pública (capeando a petição n. 4315, de Raimundo Agripino da Silva, sinalheiro da 3ª classe da DET — licença-saúde) — Sim, em termos. Ao S. P.

— N. 614, do Departamento Estadual de Segurança Pública (capeando a petição n. 4314, de Manoel Alves Saigado, dactiloscópista-pesquisador do DESP — contagem de tempo de serviço) — Diga o S. P.

— N. 619, do Departamento Estadual de Segurança Pública (capeando a petição n. 4313, de Clovis Ramos Barreto; escriturário, do DESP — contagem de tempo de serviço) — Diga o S. P.

— N. 4409, do Departamento de Educação e Cultura (capeando os ofícios ns. 1808, do DEC, 662, do DOTV, 247, do DAM e 156, da P. M. de Bujarú — fornecimento de carteiras escolares para o Município de Bujarú) — Oficie-se ao Sr. Prefeito de Bujarú, dando-se ciência de todas as provisões adotadas em consequência do seu relatório inicial. Solite-se-lhe, também, a sua informação quanto ao andamento das mesmas.

— N. 415, do Instituto "Laurindo Sodré" (acusá recebimento das circulares ns. 16 e 17 da S. G. E.) — Ciente. Arquive-se.

— N. 519, do Departamento Estadual de Estatística (acusá recebimento de circular n. 17) — Ciente. Arquive-se.

— N. 2295, do Departamento Estadual de Saúde (acusá recebimento de circular n. 17 da SG) — Ciente. Arquive-se.

— N. 2297, do Departamento Estadual de Saúde (comunicação de que o Dr. Honório Neves, chefe do Serviço de Malária Anticulex, vai ausentar-se da capital durante o período das suas férias) — Ciente. De acordo.

— N. 567, da Assembléia Legislativa (cópia da resolução n. 11, que autoriza a Prefeitura de Óbidos a contrair um empréstimo na Caixa Econômica) — Acusar, agradecer e arquivar.

— N. 557, da Caixa de Apontadoria e Pensões de S. P. do Estado do Pará (capeando o ofício n. 1804, do D. M. de Fórmula e Luz de Belém — recolhimento de quota) — Volte ao D. F. Faltam ao expediente os esclarecimentos necessários para uma resolução que operaria o extrato com um pagamento de cerca de quatro milhares de cruzeiros. Dizer que o pagamento, se feito, poderia ser levado à débito da P. M. B., na conta corrente que a mesma mantém com o Estado é dar uma explicação puramente contábil que não satisfaz ao objetivo do despacho exarado anteriormente: — possibilidade ou impossibilidade pecuniária de ser atendido o requerimento da C. A. P. S. P. E. P. — Por outro lado, é visivelmente impossível que assuma o Estado um compromisso da Prefeitura, em permanente ascensão. E, mais ainda, que o D. M. F. L. desconte de seus funcionários as contribuições devidas aquela autarquia, sem que isto o destoe do próprio. Nestas condições, de termino, 1.º, que "seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Belém, recomendando-lhe o imediato recolhimento, a partir desta data, das contribuições descontadas pelo D. M. F. L. até definitiva solução do assunto; 2.º, que, adotada a providência antes recomendada, volte ao D. F. para o necessário esclarecimento.

— N. 275, do Matadouro do Maguary (capeando o ofício n. 250, do mesmo — informação sobre a remessa de um trator) — O M. M. não informou nem onde está o trator pedido, nem se já lhe foi o mesmo entregue, conclusão esta que apenas se advinha, pela referência a um "memorandum" que teria expedito o

Exmo. Sr. Governador. Para enterramento do expediente, informe, a respeito, o Gabinete.

— N. 669, do Departamento de Assistência aos Municípios (cabendo o ofício n. 154 da Prefeitura Municipal de Curuçá, sobre entrega de quota) — Informe o D. F., com urgência.

— N. 690, do Departamento de Agricultura (capeando o ofício n. 402, do D. A.) — encaminhando laudo de inspeção médica do funcionário do D. A. Euclides de Melo, solicitando prorrogação de licença — Atenda o D. E. S. a solicitação do S. P.

— N. 2300, do Departamento Estadual de Saúde (comunicação sobre limpeza de ruas) — Ao Gabinete, para informar sobre a origem da determinação.

— N. 2293, do Departamento Estadual de Saúde (informações sobre uma carta do Sr. Edmír de Sousa Viana) — Ao Gabinete, para juntar cópia do "memorandum".

— N. 200, do Museu Paraense Emano Goeldi (pedido de suplementação de verba) — Diga o D. F.

— N. 938, da Assembléia Legislativa (solicitação) — 1.º Oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente da República, na forma do que concorda a A. L. 2.º De-se ciência dessa providência à A. L.

Em 26/12/1951
N. 926, da Assembléia Legislativa (solicitação) — 1.º Oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente da República, na forma do que concorda a A. L. 2.º De-se ciência dessa providência à A. L.

N. 926, da Assembléia Legislativa (solicitação) — 1.º Oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente da República, na forma do que concorda a A. L. 2.º De-se ciência dessa providência à A. L.

— N. 236, de Paulo Soares (solicitando uma área de terra) — Atenda o D. U. T. V. ao pedido.

Telexogramas:

N. 192, do Deputado Epílogo de Campos — Junte ao expediente em curso, nesta S. G.

N. 200, da Superiora do Ginásio Santa Clara (Santarem — agradecimento) — Arquive-se.

N. 200, do Deputado Cunha Coimbra (pedido de providências) — Informem a P. M. B. e o D. E. S. P., com urgência.

N. 204, de Osman Bentes de Souza, presidente da Câmara municipal de Santarém (pedido para sustar requerimentos de compras de terras em Santarém) — Opine e informe o D. U. T. V.

Petigas:

39/4 — Lísia Cruz, professora no Grupo Escolar "Plácida Cardoso" — licença-saúde — De acordo. Ao S. P.

4106 — Antonia Maria dos Santos, professora, com exercício na E. M. R. "Antônio Lemos" (efetividade) — Preliminarmente, informe o D. E. C., com urgência, sobre a irregularidade apontada pelo S. P.

4160 — Auta da Costa Tavares, professora em João Coelho (efetividade) — Preliminarmente, informe o D. E. C., com urgência, sobre a irregularidade apontada pelo S. P.

4161 — Arcelino Leal de Souza, portero-protocolista, com exercício no Grupo Escolar "Vilhena Alves" (efetividade) — De acordo.

4173 — Wanda Lima de Sousa, professora em Vigia (efetividade) — De acordo. Volte ao S. P.

4206 — Mariana Alves Ribeiro, professora, em Ponta de Pedras (licença-reposo) — De acordo. Ao S. P.

4276 — Felinto José de Sousa, ex-funcionário público (pedido de aproveitamento) — Diga o S. P.

4289 — Reis e Arêas, firma comercial, nesta cidade, pedindo redução de impostos e pagamento em prestações. Nenhuma razão autoriza o presente expediente. Autuado por evasão do imposto, tem a firma suplicante, na lei, todos os elementos de defesa a que, caso, se julga com direito. Volte ao D. F. para os ulteriores de direito.

4316 — Hildée Lameira Nogueira, professora interina do G. E. de Castanhais (restituição de montepio) — Volte ao D. F.

0195 — Rómulo Soares, coletor das rendas do Estado (pedido de junta de petição) — Faça-se a junta.

4168 — Neurice Souza da Silva,

professora de 1.ª entrância do G. E. de S. Caetano de Odivelas (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4166 — Maria Evangelista dos Anjos Pereira Cruz, professora de Educação Física dos G. E. da Capital (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

419 — Reimar de Menezes Oliveira, fiscal de vendas, lotado na Recebedoria de Rendas (capeando o ofício n. 1331, do D. F. — licença especial) — Não me parece que parecer do S. P. esteja decalcado na prova constante da copia de assentamento reto. Por ela, o que se verifica é que, no decênio de 24/11/40 a igual dia e mês de 1950, o funcionário gosou três licenças de 60 dias cada, todas para tratamento de saúde, somando 180 dias, justamente o máximo permitido pelo art. 1.º, parágrafo único da Lei 64. Nestas condições, volte o expediente ao S. P. para reexame do assunto.

4209 — Lilia da Rocha Monteiro, professora, em Curuçá (contagem de tempo) — Diga o S. P.

4303 — Albino Ferreira da Silva, 2.º Sargento músico reformado (pedido de promoção) — Diga o S. P.

4311 — Wellington Leite Carvalho, funcionário público (pedido de providências) — Remeta-se ao Sr. Presidente da Comissão de inquérito.

4317 — Aida Franco de Campos, professora, em Itaituba (licença-saúde) — Sim, em termos. Ao S. P.

4318 — Clair de Vasconcelos Azevedo, professora, em Soure (licença-reposo) — Sim, em termos. Ao S. P.

4319 — Filomena Brandão Baars, professora de piano do Instituto Carlos Gomes (prorrogação de licença) — Diga o S. P.

4320 — Ilza Raimunda da Silva Cardoso, professora de educação física (licença-reposo) — Sim, em termos. Ao S. P.

4321 — Lítilia Braga de Carvalho Pinto, professora no Grupo Escolar "Professora Anésia" (licença-reposo) — Opine o S. P.

4322 — Letícia da Fonseca Heitor, professora, em Igarapé-Açu (licença-reposo) — Diga o S. P.

4323 — Raimunda da Silva Barros, professora, em Cametá (licença-reposo) — Diga o S. P.

4324 — Pedro Elias Filho (pagamento de aluguel de casa onde funciona a escola estadual) — Ao D. F.

4352 — Domingos Pereira Garcia, escrivão do Registro Civil, em Alenquer (pedido de licença) — Diga o S. P.

Em 22/12/1951:

4165 — Maria Elaice Braga, professora da escola do lugar "Algodãozinho", Município de Marapanaí (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4166 — Lindalva Anastácia Oliveira dos Santos, professora da Escola Profissional Lauro Sodré (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4169 — Orfina Belfort Alves Monteiro, professora com exercício na escola do lugar Cafetal, Município de Marapanim (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4170 — Regina Alves, professora do Grupo Escolar da Vigia (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4171 — Raquel Israel Chuva, professora com exercício na escola do lugar Tomé-açu, Município de Acará (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4162 — Iraci Brito Rodrigues Pacheta, professora com exercício na escola do lugar Muriacatiba, Município de Vigia (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4125 — Maria de Lourdes Pires da Silva, extra-númerária diarista do Departamento de Agricultura do Estado capeando ofício n. 718, do D. A. (Solicita equiparação aos funcionários públicos) — Volte ao S. P.

4248 — Francisco Teixeira de Sousa, Comissário de Polícia do Município de Arraial do Cabo (pagamento de vencimentos) — De acordo. Indeferido. Deverá o ato de efetivação.

4163 — Julieta Sousa de Santa Brígida, normalista rural, lotada nas escolas reunidas de Saínópolis (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4167 — Noemia Costa e Silva, professora do G. E. de João Coelho (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

3058 — Orlandina de Lima Sousa, professora do G. E. "Augusto Montenegro" (pagamento de vencimentos) — De acordo. Indeferido. Deverá a exoneração para, na conformidade do despacho anterior.

4157 — Francisco Petronilo de Mendonça, guarda-civil n. 12 (capeando of. 592-06276/694 do DESP) — (aposentadoria) — São de todo procedentes as ponderações do S. P. Vá o expediente ao D. E. S. para os necessários esclarecimentos, inclusive a novo exame de saúde.

3932 — Francisca Alves Madeira (Renovação de arrendamento de costeiros em Marabá) — A vista da informação, está prejudicado o pedido.

Em 20/12/1951:

4023 — Aziz Mutran Neto, com anexos (licença para exploração de castanhal, em Marabá) — Nada há que deferir. Arquive-se no S. C. R.

3352 — João Felisberto da Silva, magarife, anexo of. n. 278/06331, do M. M. — Informe o S. P. sobre a situação funcional do pos-

tulante.

4026 — Joaquima da Conceição Costa Seabra, professora com exercício na escola da Colônia Estadual de Tomé-açu (prorrogação de licença) — De acordo. Ao D. E. C.

4239 — Elisa Oliveira Lobo, professora do grupo escolar de Bragança — capeando of. número 123/1750 da P. M. B. e pet. n. 3.782 da mesma (licença-reposo) — De acordo. Ao S. P.

4222 — Maria Amélia Pereira Cunha, professora com exercício no Grupo Escolar "Desembargador Augusto Olímpio" (licença-reposo) — De acordo. Ao S. P.

4325 — Ideltrudes Jaqueira da Silva (Internamento de menor) — Relacione-se pelo Gabinete.

4339 — Zelina Ferreira Lobo (Internamento de menor) — Relacione-se pelo Gabinete.

4337 — Edi Ferreira de Sousa (Internamento de menor) — Relacione-se pelo Gabinete.

4336 — Hermínio Valdomira Noronha (Internamento de menor) — Relacione-se pelo Gabinete.

3591 — Nilza Chernont Jucá, escrivária lotada na Recebedoria de Rendas do Estado (licença-especial) — Volte ao S. P., para anotar e devolver.

4346 — Odor Passos de Carvalho, promotor público do interior, capeando of. n. 269/2670 da P. G. E. (licença especial) — Diga o S. P.

4246 — Felipa de Sousa Rodrigues dos Santos, professora do Grupo Escolar de São Caetano de Odivelas (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4221 — Leonor de Sousa Garcia, professora do grupo escolar de São Caetano de Odivelas (efetividade) — De acordo. ao S. P.

4164 — Lindalva Anastácia Oliveira dos Santos, professora da Escola Profissional Lauro Sodré (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4322 — Letícia da Fonseca Heitor, professora, em Igarapé-Açu (licença-reposo) — Diga o S. P.

4169 — Orfina Belfort Alves Monteiro, professora com exercício na escola do lugar Cafetal, Município de Marapanim (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4170 — Regina Alves, professora do Grupo Escolar da Vigia (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

4171 — Raquel Israel Chuva, professora com exercício na escola do lugar Tomé-açu, Município de Acará (efetividade) — De acordo. Ao S. P.

N. 18.572, do Serviço Funerário da Santa Casa — A. D. D., para processar o pagamento por conta de vinhos.

N. 18.597, do Departamento de Educação e Cultura (H. Barra) — A. Contadoria.

N. 18.569, de José Batista Soares de Lima (reversão de pensão de montepio) — A. D. D., para processar o pagamento depois de empenhado.

N. 18.571, de Maurício dos Reis Lisboa (restituição de montepio) — A. D. D., para informação e parecer.

N. 18.568, do Departamento Estadual de Estatística (folhas de Abono de Natal) — A. D. D., para conferência e lançamento.

N. 18.565, da Coletoaria Estadual de Soure — A. D. D., para os devidos fins.

N. 18.564, do Banco do Brasil S.A. — A. Contadoria.

N. 18.563, do Ginásio General Bitencourt (folhas do Abono de Natal) — A. D. D., para os devidos fins.

N. 18.557, da Recebedoria de Rendas — A. D. D., para conferência e lançamento.

N. 18.598, do Grupo Escolar Floriano Peixoto — A. D. D., para conferência.

N. 18.425, de Afonso Ramos & Cia. — Ao Chefe do S. N. E., para informar.

N. 18.605, do Serviço de Assistência ao Cooperativismo (folhas de Abono de Natal) — A. D. D., para os devidos fins.

N. 18.241, de Lima, Irmão

& Cia. — A. D. D., para processar o pagamento nos termos da informação supra.

N. 18.601, de Genésio da Fonseca Lima, Raimundo Alcantara de Souza, Leandro Martins Tavares, Bernardino Sena Chagas (aluguel de casa) — A. D. D., para processar o pagamento depois de empenhado.

N. 17.445, da Assistência Judiciária Civil da Capital — Ao exame e parecer do Sr. Dr. Procurador Fiscal.

N. 18.602, do Departamento de Educação e Cultura (aluguel de casa da Sra. Guilhermina Martins Campelo) — A. D. D., para empenho e pagamento depois de verificado.

N. 18.606, do Grupo Escolar Pinto Marques (folhas de Abono de Natal) — A. D. D., para os devidos fins.

N. 18.588, do Serviço do Material (empenhos a favor do Dr. Cláudio Lins de Vasconcelos Chaves, Irmã Superiora do Asilo D. Macedo Costa e Linotipo do Brasil S.A.) — A. D. D., para entregar na ordem da relação.

N. 18.587, do Serviço do Material (contas de Ernesto G. Leitão & Cia., Farmacéutica Brasileira, Vicente Amaro Sobrinho S.A.) — Relacione-se na D. D., para fins de pagamento.

N. 18.589, do Serviço do Material (empenho a favor de Cesario Nunes dos Santos) — A. D. D., para providenciar sobre a entrega.

FACULDADE DE FARMÁCIA DO PARA

Federalizada pela Lei n. 1.254, de 4/12/1950

CONCURSO DE HABILITAÇÃO

De ordem do Sr. Diretor, comunico a quem interessar possa que, de acordo com a Portaria Ministerial n. 591, de 22 de dezembro de 1949, a que se refere a Portaria n. 87, de 24 de dezembro do mesmo ano, do Sr. Diretor do Ensino Superior, ficará aberta na Secretaria desta Faculdade, desde às 8 horas do dia 2 de janeiro, às 18 horas do dia 20 de janeiro de 1952, a inscrição ao Concurso de Habilitação à matrícula na 1.ª série do curso farmacêutico.

Poderá requerer inscrição ao referido curso o candidato que satisfizer as seguintes condições:

a) ter concluído o curso secundário pelo Código do Ensino de 1901;

b) ter concluído o curso secundário seriado ou não pelo regime do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, e prestado seus exames perante bancas examinadoras oficiais ou no Colégio Pedro II, ou ainda em Instituto equivalente;

c) ter concluído o curso secundário pelo regime do Decreto n. 16.182 — A, de 13 de janeiro de 1925; ou de acordo com a seriação do mesmo decreto, até o ano letivo de 1934, inclusive a 2.ª época realizada em março de 1935;

d) ter concluído o curso secundário pelo regime de preparatórios parcelados, segundo os Decretos ns. 19.890, de abril de 1931; 22.106 e 22.167, de novembro de 1932; e a Lei n. 21, de janeiro de 1935;

e) ter concluído o curso secundário de acordo com o art. 100 do Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, desde que a quinta série se tenha completado até a época legal de 1936, ou seja, até fevereiro de 1937;

f) ter concluído qualquer das modalidades do curso complementar nos termos do § 1.º do art. 47 do mesmo decreto, combinado com o art. 2.º da Lei n. 9 — A, de dezembro de 1934, ou nos termos do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n. 6.247, de 5 de fevereiro de 1944;

g) ser portador de certificado de licença clássica;

h) ser portador de certificado de licença científica;

i) de acordo com os termos da Portaria n. 347, de 29 de setembro de 1950, que deu execução ao art. 2.º da Lei n. 1.076, de 31 de março do mesmo ano, poderão inscrever-se também ao referido curso os candidatos aprovados no exame de NÍVEL DE CONHECIMENTO (Português e matemática).

O pedido de inscrição será feito mediante requerimento endereçado ao Sr. Dr. Diretor e será instruído com os seguintes documentos:

1) certidão de idade;

2) carteira de identidade;

3) atestado de idoneidade moral;

4) atestado de sanidade física e mental;

5) histórico escolar devidamente autenticado pelo Inspector que expediu o último certificado;

6) pagamento da respectiva taxa;

7) prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar.

Não será aceita a inscrição de candidatos que apresentem documentação incompleta, certificados com assinatura ilegível, certidões de existência de certificado de exame em outros institutos, e, pública forma, de qualquer documento.

O número fixado pelo C. T. A. foi de 25 alunos para a primeira-série.

Secretaria da Faculdade de Farmácia do Pará, 22 de dezembro de 1951. — Dalila Coelho da Silva, Secretário

Visto: Dr. Adarezer Coelho da Silva, Diretor

(Ext.: Dia 28/12)

EDITAIS

FACULDADE DE CIÉNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ATUARIAIS DO PARA

Mantida pela Fenix Caixa-eiral Paraense

Curso de Ciências Econômicas
Be ordem do Sr. Dr. Diretor, comunico a quem interessar possa que ficam abertas, na Secretaria desta Faculdade, a partir de 2 até 20 de janeiro do ano próximo vindouro, as inscrições ao concurso de habilitação à matrícula na primeira série do Curso de Ciências Econômicas, devendo os interessados apresentar a seguinte documentação:

a) Requerimento de inscrição com expressa menção das datas e de todos os estabelecimentos de Ensino Secundário cursados;

b) Prova de conclusão do curso secundário, acompanhada da respectiva vida escolar ou diploma de conclusão de quaisquer dos cursos comerciais técnicos, registrados na Diretoria do Ensino Commercial, e expedido por estabelecimento reconhecido;

c) Carteira de Identidade e atestado de idoneidade moral;

d) Atestado de sanidade física e mental;

e) Certidão de nascimento, passada por oficial de registro civil;

f) Prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;

g) Prova de pagamento da taxa de inscrição.

As assinaturas dos documentos devem estar devidamente reconhecidas, não sendo aceita a inscrição de candidatos que apresentem documentação incompleta, certificados com assinatura ilegível, certidões de existência de certificado de exame em outros institutos e pública forma de qualquer documento.

Secretaria da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará, em 27 de dezembro de 1951. — Eduardo Arthur Sucupira Freire, secretário. Visto: Bel Edgar Pinheiro Pórtio, Inspetor federal.

(T. 1.652 — 28/12 — Cr\$ 120,00)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUAS

SEÇÃO DE EXPEDIENTE

Concorrência pública

De ordem do Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, fica aberta a concorrência pública, pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da data deste edital, para a venda de uma Camionete fora de uso, de propriedade do Governo, e considerada imprestável para o serviço.

A referida viatura poderá ser examinada pelos interessados na Garage do Utinga.

As ofertas deverão ser encaminhadas à Diretoria Geral do Departamento de Águas até o dia 25 de janeiro de 1952, quando serão abertas, às onze (11) horas da manhã, na presença do Sr. Dr. Diretor Geral, Chefe do Expediente e Contador do Departamento e todos os concorrentes ou seus representantes.

Gabinete do Diretor Geral do Departamento Estadual de Águas, em 27 de dezembro de 1951. — Eng. Valdemar Lins V. Chaves, diretor geral.

(G. 28, 29 e 30/12; 3, 4 e 5/1/52)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

CENTRO DE SAÚDE N. 1

Sub-seção de higiene de habitações

De conformidade com as disposições contidas no Regulamento Sanitário em vigor, faço saber ao morador deste prédio, à Rua José Balbi n. 474, que fica intimado a desocupar dentro do prazo de 30 dias, para efeito de reforma como determina o referido Regulamento.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado no DIA-RIO OFICIAL do Estado, sendo também afixada uma via deste edital na porta da habitação acima declarada para os devidos efeitos.

Belém, 29 de novembro de 1951. — O Inspetor Sanitário, Dr. A. Dias

Visto: Dr. Domingos Silva, chefe da S. H. H.

(G. Dias 7, 14, 21, 28/12 e 7/1/52)

DEPARTAMENTO DE OBRAS, TERRAS E VIACAO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Ferreira Cunha, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933, em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 10.º Comarca, — 28.º Térmo, — 28.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: A. área de terras devolutas, denominada "Santana", está situada à margem esquerda do igarapé Pacuquara, limitando-se, pela frente, com a referida margem esquerda do igarapé Pacuquara, pelo lado de baixo, com o igarapé Galho Grande, confrontando com terras da posse "S. Jerônimo", dos herdeiros de Manoel Cursino de Oliveira, pelo lado de cima, com terras ocupadas pelos herdeiros de Idelfonso Gonçalves, e pelos fundos com terras devolutas, medindo 1.000m2,00 de frente por 1.500m2,00 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, a porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado, no Município de Castanhal.

3. Seção do Departamento de Obras, Terras e Viação do Pará, 21 de dezembro de 1951. Pelo Oficial, Amadeu Burlamaqui Simões, agrimensor.

(T. 1.652 — 28/12 — Cr\$ 120,00)

JUNTA COMERCIAL

Certidão n. 263/951

CERTIFICO, de acordo com o que determina o artigo 54, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que por despacho do dia 17 do corrente, encontra-se arquivada sob o número de ordem trezentos e noventa e quatro (394), a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, da "INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL, S.A." realizada no dia dezessete (17) dêste mês, cuja Ata é do seguinte teor: "Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e cinquenta e um (1951), na sede social, à Travessa do Chaco n. 903, presentes acionistas em número legal, consoante se verifica das assinaturas lançadas no livro de presença, às 16 horas do dia, reuniu em sessão extraordinária a assembléia geral da INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL, S.A.. Assumindo a presidência o acionista João Santos Ferreira Borges convidou para secretários os acionistas Edil Déo de Araújo e Paulo Cunha Morais. Mandado proceder à chamada dos acionistas presentes, o Sr. Presidente verificou haver número legal, declarando aberta a sessão. A seguir o Sr. Presidente explicou aos presentes a finalidade da reunião, mandando que o segundo secretário procedesse à leitura dos anúncios de convocação, publicados no DIÁRIO OFICIAL do Estado dos dias 8, 9 e 10 e jornal "Folha do Norte", dos mesmos dias, os quais estão redigidos da seguinte forma: INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL, S.A. — Assembléia Geral Extraordinária — Convocação — Na forma do art. 104 da Lei de Sociedades Anônimas, convoco os senhores acionistas da INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL, S.A. para se reunirem em assembléia geral extraordinária, na sede social, à Trav. do Chaco n. 903, às 16 horas do dia dezessete do corrente mês, a fim de deliberarem sobre a proposta da Diretoria para reforma dos Estatutos, sobre a qual já se pronunciou favo-

ravelmente o Conselho Fiscal. — Belém, 7 de novembro de 1951. — Manoel Benito A. Navas Pereira, diretor-presidente. A seguir o Senhor Presidente declarou que tinha sobre a mesa uma proposta da Diretoria para a reforma dos Estatutos sociais, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, documentos esses que mandou ler pelo segundo secretário, os quais estão assim redigidos: Proposta da Diretoria. Senhores Acionistas: A diretoria desta sociedade, com experiência dos anos decorridos desde a sua instalação sob a modalidade anônima, chegou à conclusão de que diversas disposições de seus Estatutos necessitam de uma revisão para melhor adaptação às conveniências sociais. As modificações que ora são propostas são as seguintes: Q art. 4º dos Estatutos dispõe que as ações em que se divide o capital só ao portador. Será conveniente modificar essa disposição para que as ações possam ser ao portador ou nominativas, segundo o preferir o acionista. Assim esse artigo deverá ter a seguinte redação: Art. 4º O Capital social é de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00) dividido em treis mil ações ordinárias, do valor singular de mil cruzeiros cada uma, ao portador ou nominativas, segundo preferir o acionista que poderá requerer a conversão de umas em outras. O art. 8º estabelece que a diretoria se integra de um presidente e três diretores, cabendo a estes in solidum a substituição do presidente nos seus impedimentos ou ausências. Deverá, assim, essa disposição tomar a seguinte redação: Art. 8º A sociedade será administrada por diretoria constituída por um presidente e dois diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos por um triénio pela Assembléia geral ordinária, podendo ser reeleitos. Parágrafo único: O presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos pelos dois dire-

tores in solidum. Será eliminado o art. 10º (décimo). Diminuído o número de membros da diretoria deverá ser alterado o rateio da comissão da diretoria a que se refere o artigo vigésimo, a qual fica mantida em dez por cento, cabendo ao diretor-presidente quatro por cento e a cada dos dois diretores treis por cento. No artigo vigésimo deverá ser acrescentado um parágrafo, que tomará o número segundo passando a primeiro o parágrafo único atual, nos seguintes termos: Parágrafo segundo. Só terá direito à gratificação estipulada neste artigo a diretoria, quando estiver assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de doze por cento. São estas, senhores acionistas, as alterações que julgamos oportuno levar à deliberação da assembléia geral, depois de ouvido o Conselho Fiscal. Belém, 27 de outubro de 1951. (ass.) Manuel Benito A. Navas Pereira, João de Castro Pires e João Santos Borges. Parecer do Conselho Fiscal. "Senhores acionistas: Pela unanimidade dos membros que compõem, o Conselho Fiscal de INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO FABRIL S.A. apreciou detinidamente a proposta da Diretoria para a alteração dos Estatutos sociais no que toca ao tipo de ações, à redução do número de membros da diretoria, alteração do rateio da comissão de gratificação à diretoria e sua distribuição somente quando houver um dividendo mínimo de doze por cento assegurado aos acionistas. Depois de examinado o assunto o Conselho Fiscal foi de parecer que a proposta da Diretoria se ajuste aos termos da lei e aos interesses dos senhores acionistas, pelo que está em condições de ser aprovada. Belém, 30 de outubro de 1951. (Ass.) Otávio Augusto de Bastos Meira, Cândido Marinho da Rocha e José Roberi Teixeira. O sr. presidente declarou que estava em discussão a proposta da diretoria. Não tendo nenhum acionista pedido a palavra o presidente encerrou a discussão e submeteu à votação a referida proposta de alteração dos Estatutos sociais, a qual foi aprovada por unanimidade de votos. Como nada mais houvesse a tratar o senhor presidente declarou que ia suspender a sessão por quinze minutos para ser lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos o senhor presidente mandou ler a presente ata que submetida à discussão e aprovação foi aprovada sem impugnação. De que para constar lavrou-se esta ata que vai assinada pelo presidente, secretários e demais acionistas presentes, e subscreta por mim Edil Déo de Araújo, primeiro secretário, que o lavrei. Belém, 17 de novembro de 1951. — (aa) João Santos Ferreira Borges; presidente — Edil Déo de Araújo, 1º secretário — Paulo Cunha Morais, 2º secretário — Manuel Benito A. Navas Pereira — João de Castro Pires — Julieta Leite Pereira — Raimundo Leite Pereira — Luso Ferreira Alves dos Santos. — Conferem o original lançado no livro de atas da assembléia geral de "Indústrias Reunidas União Fabril S.A.", do qual foi extraída a presente cópia. Belém, 12 de dezembro de 1951. — (a) João Santos Ferreira Borges, presidente da Assembléia Geral. Firma reconhecida pelo Tabalhão Hermano Pinheiro. Contém ainda os seguintes carimbos: Recebedoria de Rendas do Pará. Emolumentos da Junta Comercial n. 65, fls. 11. Pagou Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). 1ª Secção, 15 de dezembro de 1946. O Funcionário, ilegível. Carimbo da Recebedoria de Rendas. — Rebei. 15/12/1946. Junta Comercial do Pará. Esta cópia de ata em uma via foi apresentada no dia 17 de dezembro de 1951 e mandada arquivar por despacho do Di- retor na mesma data, contendo duas folhas de números 1366/1367, que vão por mim rubricadas com o apen- dido Garcia de que faço uso. Tomando na ordem de arquivamento o número 394/951, a parte pagou o com- petente sêlo na importância de Cr\$ 21,50, em estampilhas federais devidamente inutilizadas abaixo. E para cons-

tar eu, Raimundo Pinheiro Garcia, 1º Oficial, fiz a presente nota. Secretaria da Junta Comercial do Pará, em Belém, 17 de dezembro de 1951. Diretor, Oscar Faciola. Era o que se continha no referido documento que para esta bem e fielmente passei. O referido é verdade. Passada por mim, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, auxiliar de escritório, e conferida por mim, Raimundo Pinheiro Garcia, 1º Oficial da Junta Comercial do Pará, em Belém, 26 de dezembro de 1951.

— Oscar Faciola, diretor.

(Ext. — 28/12/51)

JUNTA COMERCIAL

Certidão n. 264/951

Certifico, de acordo com o art. 54, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que, por despacho do dia 14 do corrente, se encontra arquivada sob o número de ordem 393 (Trezentos e noventa e três) o seguinte documento: Cópia autêntica da ata da sessão extraordinária da assembléia geral de Sobral Irmãos S/A, realizada a dezessete dias de novembro de 1951.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, na sede social, à Avenida Cipriano Santos, números dois a dez, presentes acionistas em número legal, como se verifica no livro de presença, reuniu a assembléia geral extraordinária de Sobral Irmãos S/A, convocada para deliberar sobre a proposta da diretoria para alteração dos estatutos sociais, com o aumento do capital social, e o que ocorrer. Assumiu a presidência dos trabalhos o acionista Doutor Luiz de Carvalho Corrêa, que convidou para secretariar os trabalhos o acionista Salustiano Vilar da Costa. Verificando a existência de acionistas em número legal, o senhor presidente abriu a sessão, explicando aos senhores acionistas os fins da mesma, para o que mandou proceder à leitura dos anúncios de sua convocação, publicados no DIARIO OFICIAL do Estado dos dias oito, treze e dezessete do corrente mês e no jornal "Folha do Norte", des-

ta capital, dos mesmas dias, das ações que cada um possui na sociedade. Os restantes dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) que deverão completar os catorze milhões de cruzeiros ora propostos para integrarem o capital social, serão realizados em dinheiro, havendo já acionistas em número suficiente dispostos a cobrá-los imediatamente, se com isso concordar a assembléia geral. Por outro lado, há necessidade de serem alterados alguns dispositivos estatutários. Assim, propomos as seguintes modificações: — O art. segundo passará a ter a seguinte redação: — "Art. 2º. O objeto da sociedade é o comércio de gêneros alimentícios, cereais, importação, exportação, indústria em especial a de couros de qualquer natureza, e outros produtos, e quaisquer outras atividades lícitas que sejam aprovadas pela diretoria. Parágrafo único: — A sociedade poderá abrir filiais em qualquer parte do território nacional e bem assim participar de outras sociedades ou empresas, como sócia ou acionista". O artigo quarto passará a ter a seguinte redação: — "Art. 4º. O capital social, todo ele realizado, é de catorze milhões de cruzeiros (Cr\$ 14.000.000,00), dividido em catorze mil ações ordinárias, ao portador, do valor singular de mil cruzeiros cada uma. Parágrafo primeiro: — A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações: — Parágrafo segundo: — As ações ao portador poderão ser convertidas em nominativas, e vice-versa, segundo o preferir o acionista, mediante requerimento dirigido à diretoria". O artigo décimo quarto tomará a seguinte redação: — "Art. 14. A diretoria perceberá remuneração mensal que for fixada pela assembléia geral ordinária, para cada exercício, e uma gratificação igual a dez por cento sobre os lucros líquidos de cada ano, que será dividida igualmente pelos seus membros". Essas modificações se justificam por si próprias. São o resultado das observações e da experiência e, assim, as entregamos à deliberação da assembléia geral. Belém, 30 de

outubro de 1951 (assinado) Acácio de Jesus Felício Sobral, diretor-presidente; Luiz Augusto Felício Sobral Irmãos, América da Cruz Souza Sobral e Arnaldo de Jesus Felício Sobral, diretores". O parecer do Conselho Fiscal está assim redigido: "Senhores acionistas: Chamados a opinar sobre a proposta acima, formulada pela diretoria de Sobral Irmão S/A, para alteração dos Estatutos sociais em alguns pontos, os membros do Conselho Fiscal da sociedade, abaixo assinados, por unanimidade de pronunciamento, se manifestam favoravelmente à mesma proposta, sendo de parecer que a matéria está amplamente esclarecida e em condições de ser deliberada pela assembléia geral extraordinária a ser convocada para esse fim. Belém, 3 de novembro de 1951. (assinados) José de Castro Batista, José Joaquim Sobral, Antônio da Cruz Pina, membros do Conselho Fiscal". A seguir o senhor presidente submeteu à discussão a proposta da diretoria e parecer do Conselho Fiscal, que foram apoiados pelos acionistas presentes que a seguir os aprovaram unanimemente. Com a palavra o acionista Acácio de Jesus Felício Sobral comunicou à assembléia geral que os dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) do aumento do capital, que devem ser realizados em dinheiro, já foram subscritos pelos seguintes acionistas: e na proporção seguinte: Acácio de Jesus Felício Sobral, seiscentos mil cruzeiros; Luiz Augusto Felício Sobral Irmãos, trezentos mil cruzeiros; Arnaldo de Jesus Felício Sobral, duzentos mil cruzeiros; América da Cruz de Sousa Sobral, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros; Natalia Sobral, cinquenta mil cruzeiros; José Sobral, cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00); Manoel da Silva, vinte e cinco mil cruzeiros; Cândida Sobral, vinte e cinco mil cruzeiros; Francisco Gastão Sobral, trinta mil cruzeiros; Laura da Cruz Souza, vinte e cinco mil cruzeiros; João da Costa Martins,

Sessenta mil cruzeiros; Hilida Santos, três mil cruzeiros; Pedro Gonçalves, cinqüenta mil cruzeiros, num total de dois milhões de cruzeiros. Submetida pelo senhor presidente a proposta do acionista Acácio de Jesus Felício Sobral, sobre o modo de realização dessa parte do aumento de capital, foi ela aprovada sem contestação, ficando marcado o prazo de quinze dias para o recolhimento à sociedade das quantias subscritas. O senhor presidente comunicou, ainda, à assembléia geral, que, organizado o mapa da distribuição dos quatro milhões transferidos das diversas reservas sociais, para a conta de capital, ficou assim ele organizado, pedindo que a assembléia se manifestasse sobre a sua exatidão: — Acácio de Jesus Felício Sobral, mil trezentos e cinqüenta ações; Luiz Augusto Felício Sobral, mil ações; Arnaldo de Jesus Felício Sobral Irmãos, seiscentas e sessenta e cinco ações; América da Cruz Sousa Sobral, trezentas e vinte ações; Natália Sobral, cem ações; Feliciano da Silva Santos, cento e cinquenta e cinco ações; José Sobral, cinqüenta ações; Manoel Silva, cinqüenta ações; Cândida Sobral, cinqüenta ações; Elvira Sobral, cinqüenta ações; Salvador Semtob Bemerguy, cinqüenta ações; Francisco Gastão Sobral, trinta e sete ações; Laura da Cruz Sousa, vinte e cinco ações; João da Costa Martins, vinte ações; Hilaise Ferreira, cinco ações; Carlos Chady, cinco ações; Doutor Luiz Corrêa, cinco ações; Hilda Santos, cinco ações; José de Castro Batista, cinco ações. A Assembléia geral aprovou o mapa, declarando-o em perfeita ordem. O acionista Luiz Augusto Felício Sobral, congratulou-se com os senhores acionistas pela boa ordem reinante e pelo espírito de harmonia que presidiu a todas as deliberações, para o maior progresso social. Não havendo mais quem fizesse uso da palavra o senhor presidente agradeceu a presença tão numerosa dos senhores acionistas e declarou que ia suspender por vinte minutos a sessão para ser lavrada a Junta Comercial do Pará, em

respectiva ata. Reabertos os trabalhos, o senhor presidente mandou proceder a leitura da presente ata que lida e achada conforme, foi aprovada unanimemente e vai por todos assinada. Eu, Salustiano Vilar da Costa, secretário a lavrei, subscrevo e assino. Belém, dezessete de novembro de 1951. (assinados) Luiz de Carvalho Corrêa, Acácio de Jesus Felício Sobral, Luiz Augusto Felício Sobral, Arnaldo de Jesus Felício Sobral, América da Cruz Sousa Sobral, Manoel Joaquim da Silva, João Marques dos Santos, Hilda Menezes dos Santos, Francisco Gastão Sobral, João da Costa Martins, José de Castro Batista, Natália Augusta Felício Sobral, Cândida de Jesus Felício Sobral, Laura da Cruz Sousa, José Joaquim Sobral, Antônio da Cruz Pina, Salustiano Vilar da Costa... Extraída verbo ad verbum do livro de atas da sociedade Sobral Irmãos S/A, em perfeita exatidão com o original, por mim, presidente da assembléia geral. (a) Luiz de Carvalho Corrêa. Alfândega de Belém, Sôlo de Verba n. 4.763. Paga trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00). 2.ª Seção, 24 de novembro de 1951. O Tesoureiro. Illegível. O Escriturário, Carlos Matos. Recebedoria de Rendas do Pará. Emolumentos da Junta Comercial n. 65, fls. 6. Pagou Cr\$ 1.050,00. hum mil e cinqüenta cruzeiros. 1.ª Seção, 14 de dezembro de 1951. O Funcionário: Illegível. — Recebedoria de Rendas. Rebebi. 14 de dezembro de 1951. Junta Comercial do Pará. Esta cópia de Ata em um via, foi apresentada no dia 14 de dezembro de 1951 e mandada arquivar por Despacho do Diretor na mesma data, contendo duas folhas de números 1364|1365, que vão por rubricadas com o apelido Garcia de que faço uso, tomando na ordem de arquivamento o número 393|951. A parte pagou o competente sôlo na importância de Cr\$ 101,50, em estampilhas federais devidamente inutilizadas abaixo. E, para constar eu, Raimundo Pinheiro Garcia, 1.º Oficial, fiz a presente nota. Secretaria da Junta Comercial do Pará, em

Belém, 14 de dezembro de 1951. O Diretor Oscar Faciola. Era o que se continha no referido documento que para esta bem e fielmente passei. O referido é verdade. Passado por mim Carmem Celeste Tenreiro Aranha, auxiliar de escritório, e conferida por mim Raimundo Pinheiro Garcia, 1.º Oficial da Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém.

Belém, 26 de dezembro de 1951. — Oscar Faciola, diretor.

(Ext. — 28|12|51)

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Dr. Stélio de Mendonça Maroja, diretor geral do Departamento de Finanças do Estado, por nomeação legal, etc..

Pelo presente edital, fica notificado o Sr. Osvaldo Dias Ferreira, escrivão da Coletoria Estadual de Mosqueiro, para, dentro do prazo de vinte (20) dias contados da data da publicação deste no DIARIO OFICIAL, apresentar-se à Coletoria de Mosqueiro, ou seja as funções de seu cargo das quais se ausentou desde o dia 19 de outubro último, sem motivo justificado, segundo a comunicação que acaba de fazer a esta Diretoria Geral o respectivo coletor Sr. Raimundo Nonato da Mota e Sousa, sob pena de, findo aquele prazo e não sendo feito e nem apresentado prova de força maior ou caso ilegal ser proposta à sua demissão nos termos do art. 254 do Decreto-lei n. 3.902, de 28|10|41.

E, para que chegue ao conhecimento do interessado será este fixado na porta desta repartição e publicado no DIARIO OFICIAL, durante vinte dias seguidos.

Eu, Alvaro Moacir Ribeiro, chefe do expediente servindo de secretário do Departamento de Finanças, o escrevi, aos sete dias do mês de dezembro de 1951. — (a) Stélio de Mendonça Maroja, diretor geral.

(G—11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30|12; 1, 3 e 4|1952)

MARTIN, REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO, S/A MARCOSA

Assembléia Geral Extraordinária

Pelo presente, convido os Srs. Acionistas de MARTIN, REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO, S/A.—MARCOSA, a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se a 29 do corrente, nos escritórios da sede social à Rua Gaspar Viana n. 124, às 17 horas.

A reunião tem por fim, a reforma dos Estatutos e mais: devido ao desenvolvimento de negócios aqui no Pará e Filial de Fortaleza, resolver sobre o aumento do seu corpo dirigente e seus respectivos honorários e, mais o que ocorrer.

Belém (Pará), 19 de dezembro de 1951.

(a) Antônio Alves Velho
Presidente da Assembléia Geral

(Ext.—21, 25 e 28|12)

DECLARAÇÃO

Declaro para o fim de requerer segunda via, ter perdido o meu diploma de enfermeira, expedido pela Escola de Enfermagem "Magalhães Barata" de Belém do Pará.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1951 — (a) Helena de Abreu Lima.

(Assinatura sobre estampilha federal de um cruzeiro e de Educação e Saúde de um cruzeiro e cinqüenta centavos, estando a firma reconhecida pelo tabelião Hugo Ramos, da Capital Federal).

Atestamos ser verdadeira a declaração acima—(a) Eubem de Barros Franco e Leonilda Lima.

(T 1650 - Cr\$ 80,00—27, 28 e 29|12)

EDITAIS

JUDICIAIS

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. José Alves de Albuquerque e a senhorinha Noemíia de Oliveira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, estivador, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Antônio Baena n. 768, filho de Raimundo Alves de Albuquerque e de Dona Laura Francisca Albuquerque.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prenda doméstica, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Cipriano Santos n. 238, filha legítima de Manoel José

de Oliveira e de Dona Maria Almeida de Oliveira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém Capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, date e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.
(T—1559—21 e 28|12—Cr\$ 40,00)

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XIX

BELEM — SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1951

NUM. 3.490

EXPEDIENTE DOS DIAS 24 E 26
DE DEZEMBRO DE 1951

Juiz de Direito da 1.^a Vara
Juiz — Dr. INACIO DE SOUSA
MOITA

No requerimento de Antônio
Brasil Gonçalves — Mandou pres-
tar as declarações legais.

— Idem, de Sebastião Rabelo
de Oliveira — Mandou submeter
Mário Celeste Rabelo de Oliveira
a exame de sanidade mental —
Nomeou perito os Drs. Avertano
Rocha e Benedito Klautau.

Escrivão Pépes :

Inventário de Leopoldino Antô-
nio Matos e sua mulher — Vista-
ros e demais interessados.

— Idem — Ação executiva : A.,
Nicolau Conte & Cia.; executado,
Sociedade Comercial Paraense
Ltda. — Mandou dar ciência das
informações de fls. 13 ao interes-
sado.

— Idem — Despejo : A., Bertin-
iano Lobato de Miranda Chermont;
R., Sandoval Estevam dos Santos
— Recebeu a apelação, em ambos
os efeitos.

— Ação ordinária — A., Erná-
ni Moreira da Rocha; R., Mário
Tinoco Guédes — Mandou renovar
as diligências para o dia 7 de ja-
neiro v., às 10,30 horas.

— Idem — Ordinária — A.,
Rita de Rezende Cavalcá; R., Sa-
lomão Cavalcá da Silva — Idem,
dia 4 de janeiro, às 10 horas.

— Inventário de Bernardo Fer-
reira Lima e sua mulher — Vista
aos interessados.

— Ação ordinária — A., Fábrica
Cerâmica da Cidade, Ltda.; R.,
Otelo Santana Lopes — Julgou
procedente, em parte, a ação.

— Idem — A., Djalma Monten-
egro Duarte; R., Eugênio José
Gentil Guedes — Mandou prosse-
guir às 10 horas do dia 4 de ja-
neiro próximo.

Escrivão Santiago :

Inventário de José da Cunha
Sarmiento — Ao cálculo.

— Idem, de Raimunda da Silva
Lira — Em avaliação.

— Idem, de Serafina de Jesus
Freitas e seu marido — Nomeou
Curador Especial o Dr. Armando
Hesketh.

— Idem, de João Flexa Pinto
Ribeiro — Em declarações finais.

Escrivão Maia :

Ação ordinária — A., Hilda de
Miranda Franco; R., Raul Cardoso
da Cunha Coimbra e sua mulher
— A Superior Instância.

— Ação executiva — A., Henr-
i Viegeli; R., Vicente Germano de
Sousa — Deferiu o pedido de fls.

25. — Escrivão Sarmento :

Nulidade de desistência e doação
de herança : A., Maria Gonçalves
dos Santos; R., a herança de Rai-
mundo dos Santos Sousa — Man-
dou renovar as diligências para o
dia 5 de janeiro p., às 10 horas.

— Inventário de Zulmira Cor-
reia Lins e seu marido — Em de-
clarações finais.

Escrivão Leão :

Ação executiva : A., Wilson dos
Santos Carvalho; R., J. Kislanov &

PODER JUDICIÁRIO

FORUM DA COMARCA DE BELEM

Irmão — Deferiu o pedido de fls.
49.

— Renovação de contrato : Re-
querente, Fábrica União, Indus-
tria e Comércio S. A.; R., Antônio
Mendes — A conta.

— Idem — Inventário de Adri-
ano Vieira Duarte — Indeferiu o
pedido de fls. 21.

— Idem — Arrolamento de
Raúmunda da Silva Guimaraes —
Nomeou Curador ao herdeiro au-
to e Dr. Armando Hesketh.

— Ação ordinária : A., Porfi-
rio Antonio Lobato; R., João dos
Santos, Conde Riimo — Facultou
aos interessados a produção de
provas.

— Inventário de Maria Mar-
ques Lobo e seu marido — Vista-
ros interessados.

— No requerimento de Perpét-
ua Mendes Lima — Digam os
Dr. Curador e Proc. Fiscal.

— Idem, de Ceará de Jesus
Raiol.

— Inventário de Amaro Rio —
Em auto de partilha.

— Idem, de Manoel Augusto
Pereira de Sousa — A conta.

Escrivão Santiago :

Mandando juntar aos autos res-
pectivos o laudo de exame de sa-
nidade mental procedido na pes-
soa de Leonaldo Paulino dos San-
tos Martíres.

— Idem, de Carlosman dos
Santos Martíres.

— Título de Izabela de Isabel da
Silva Lamas — mandou proceder
na forma de parecer do Dr. Cur-
ador Cefar.

— Idem, do menor José Alves
Peixoto — Idêntico despacho.

— Inventário de Manoel da
Silva Maia e sua mulher — Di-
gam os interessados.

— Idem, de Madalena Pena de
Araujo — Em auto de partilha.

— No ofício de n. 1.043, do
Imposto de Renda — Junte-se.

— No requerimento de Honori-
na de Andrade — Sim, mediante
recurso.

Escrivão Maia :

Inventário de Manoel Pinto Cha-
gas e sua mulher — Em avaliação.

— Despejo : A., Ricardo Silva
e sua mulher; R., Silvio Bernardes

— Mandou renovar as diligências
para o dia 4 de janeiro p., às 11
horas.

— Reintegração de posse : A.,

José Ferreira Diogo; R., Serafim
Araujo Ferreira Diogo — Marcou

o dia 7 de janeiro p., às 10 horas,
para a audiência de instrução e
Julgamento.

— Juiz de Direito da 2.^a Vara

Juiz — Dr. JOÃO BENTO DE

SOUZA

Escrivão Maia :

Desepejo : A., Alexandre Antero

Corrêa Gomes Ferreira; R., Nor-
berto Afonso Pires — Ao Distri-
buidor para os fins legais.

Juiz de Direito da 4.^a vara, ac-
pelo titular da 1.^a

Juiz — DR. ALVARO PAN-

TOJA

Inventário de Tereza Nascimen-
to dos Santos — Vista ao Dr. C.
Geral.

— Idem — Arrolamento de Es-
telina M. Pessôa — Idêntico des-
pacho.

— No requerimento de Maria
Luiza Sena Péres — Conclusos.

— Idem, de Catarina Kopes da
Silva — Deferido.

— Idem — Arrolamento de An-
tonio Roberto dos Santos e sua
mulher — Mandou citar os herdei-
ros interessados.

— Sequestro : A., Lucas Evan-
gelista da Conceição — Ao titular
da 2.^a vara.

— No requerimento de Olivar
Alves do Nascimento — Mandou
tomar por termo as declarações.

— Idem, de José Pereira da Sil-
va Filho — Como requer.

— Juiz de Direito da 5.^a vara

Juiz — Dr. ALVARO PANTOJA

No requerimento de Francelina

Saraiva — Vista ao Dr. C. Geral.

— Idem, de Lúcia Rodrigues
Fernandes — Mandou citar por
edital com o prazo de 30 dias.

— Investigação de paternida-
de : A., Marcos José de Araújo; R.,
Moisés Ferreira Chaves — Vista à
parte contrária.

— Alimentos : A., Carmen Or-
tiz; R., Rafael Ortiz Iglesias — De-
feriu o pedido de fls. 8.

Escrivão Leão :

Desquite amigável : Requeren-
tes, Francisco de Oliveira Ramos e
Ana Aires da Cunha Ramos — Vista
ao Dr. C. Geral.

— Desquite : A., Cláudio Bo-
tinelli Soares; R., Neusa Madeira
Soares — Designou o dia 28 do
corrente, às 10 horas, para prosse-
guimento da audiência.

— Casamento de Antônio da
Costa Rodrigues e Maria Cristina
Oeiras Botelho — Julgou os habili-
tados.

— Idem, de Francisco de Oli-
veira Castro e Maria Irene Rodri-
gues Pimenta da Cruz — Idêntico
despacho.

— Idem, de Antônio Bentes
Testes e Maria Terezinha Ferreira

— Idêntico despacho.

— Idem, de José Carvalho Pe-
reira e Lucília das Mercês Cohen

— Idêntico despacho.

— Idem, de Emydio Alves de
Brito e Lindalva da Conceição Ro-
drigues — Mandou prosseguir na
habilitação.

— Idem, de Carlos Araújo, do

Nascimento e Francisca Freitas —
Mandou justificar.

— Idem, de Pedro Sabino Bar-
bosa e Nanci Moreta Brâncio —
Mandou prosseguir.

— Sequestro : A., Lucas Evan-
gelista da Conceição; R., Agripino
Marinho Gomes — Mandou autuar
e fazer conclusão.

— Suprimento de consentimen-
to paterno : Requerente, Marcelino
Vilar de Oliveira — Sim, deixan-
do-se recibo especificado.

— No requerimento de Banco

de Crédito da Amazônia S. A. —
Deferiu, marcando o prazo de 30
dias para o edital.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Ação ordinária: A. Clarisse da Cunha; R. Carlos Valdemar da Cunha Ferreira e outra — Deferiu o requerido às fls. 46.

No requerimento de Alvina Fernandes de Oliveira — Mandou citar.

Idem, de Joaquim Otero Henrique Seabra — Mandou citar.

Juízo de Direito da 6.^a vara, ac. 1900 fls. da 3.^a

Juiz: Dr. LUCÍO DE SOUSA MORAES

Deferindo os executivos requeridos pela Prefeitura de Belém contra Azevedo Silva & Cia., Alberto de Lima Sidrim, Isaac Benchimol & Cia., Albano da Costa Pacheco, Emilia Teixeira de Mesquita, Isaac José Benenoch, Mendes & Cia. e firma Antônio Canellas.

Mandando fazer os registos pedidos por Meneleu de Carvalho das Chagas, Eugenia Morais de Oliveira, Maria Cecília Neves de Andrade, Osmarina Vieira de Souza, Bruno da Costa Lima, Ester Miranda Santana, Manoel Antônio Ferreira, Maria Lénita Alves, Joaquim Lopes, Salviano Rodrigues Chaves, Gregório Ferreira, Calcina de Almeida Ferreira, Martinha da Conceição Ramos, Maria de Nazaré Jorge, Raimunda Edna Pereira Santos, Antônia dos Santos Barata.

Mandado de segurança — Impetrante: Dr. Amilard da Silva Nunes; impetrada, a Prefeitura Municipal de Belém — Designou o dia 3 de janeiro do ano vindouro, às 10 horas, para a conferência.

No requerimento do Dr. Procurador Fiscal — Sim. Idem, da Prefeitura Municipal de Belém — Deferido.

Idem — Deferido.

Idem — Deferido.

Idem — Deferido.

Idem, do Dr. João Siqueira Mendes — Di. A. Conclusos.

Juízo de Direito da 7.^a Vara Juiz: Dr. LUCÍO DE SOUSA MORAES

Escrivão: M. J. F. Falência de Jorge Sauma — Cumpra-se o determinado no final do despacho de fls. 158v, a 157.

Prestação de contas: Requerente, o Banco do Brasil S. A., como síndico da massa falida de Jorge Sauma — Mandou intimar o síndico, Sr. Bechara Matar.

Idem — No requerimento de A. Medeiros — Conclusos.

Pretoria do Cível:

Pretor — Dr. OSVALDO POJUCA CAN TAVARES

No requerimento de A. Monteiro da Silva & Cia. Ltda. — Mandou citar.

Arrolamento de Raimunda Pires de Gástro — Julgou o cálculo.

Despejo: A. Júlia Lameira da Costa; R. Raimundo Machado

Designou o dia 5 de janeiro p. ás 10 horas, para a audiência de instrução e julgamento.

Ação executiva: A. Ferreira & Lemos; R. Matias Pinheiro — Em especificação de provas.

Ação executiva: A. Manoel Solon Nunes de Araújo; R. Catriona Ataíde — A cartório.

Rodrigues a quantia de dezoito mil secentos e sessenta cruzeiros, ao reclamante Alfredo Orlando Watson, a quantia de quatorze mil e oitocentos cruzeiros; e ao reclamante Miguel da Silva a quantia de dezesseis mil trezentos e trinta e dois cruzeiros, como indenização pela rescisão injusta dos contratos de trabalho, férias e salários não pagos e improcedentes, os pedidos de pagamento de salários por aviso. Custas pela reclamação. Sobrará o valor das condenações das quantias de setecentos cruzeiros e vinte centavos, seiscentos e vinte e três cruzeiros e seiscentos setenta e três cruzeiros e setenta centavos, e pelos reclamantes sobre a parte em que foram vencidos, no valor de sessenta e três cruzeiros pelo reclamante Eulogio Rodrigues, cinquenta e cinco cruzeiros pelo reclamante Alfredo Orlando Watson e cinquenta e nove cruzeiros pelo reclamante Miguel da Silva, todas em sélos federais, inclusive as taxas de educação e saúde. (Assinado) Cássio Vasconcelos, juiz presidente — Homero Cunha, empregador — Antônio Santos, empregado.

Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, 26 de dezembro de 1951. — (a) Cirene Silva, chefe de Secretaria, substituto, em exercício. (G-Dia 28/12)

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Martinho Francisco Ribeiro e a senhorinha Angelina Gonçalves.

Ele diz ser viúvo, natural do Pará, Belém, operário, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Angustura n. 1.093, filho de Firmino Francisco Ribeiro e de Dona Antônia Gomes.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Tito Franco n. 2.178, filha legítima de João Manoel Gonçalves e de Dona Maria Gonçalves da Soledade.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 27 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1654-28/12, 4/1/52-CR\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Herandulino Moreira Leite e a senhorinha Maria de Nazaré Felix de Sousa...

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, marítimo, domiciliado nesta cidade e residente à Praça Floriano Peixoto n. 496, filho de Raimundo Moreira Leite e de Dona Eliza Saraiava da Silva.

Ela é também solteira, natural do Amazonas, Jurua, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Praça Floriano Peixoto n. 496, filha legítima de Raimundo Felix de Sousa e de Dona Maria Augusta de Sousa.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 27 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1653-28/12 e 4/1/52-CR\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Milton Ferreira de Brito e a senhorinha Maria José de Sousa Batista.

Ele diz ser solteiro, natural do Amazonas, Caquetá, comerciário, domiciliado nesta cidade e residente à Rua 13 de Maio n. 74, filho legítimo de Antônio Ferreira de Brito e de Dona Nazaré Alves de Brito.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1560-21 e 28/12-CR\$ 40,00)

Ela é também solteira, natural do Amazonas, Manaus, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua João Diogo n. 126, filha legítima de Manoel Pereira Ramos Batista e de Dona Maria de Lourdes e Sousa Batista.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1556-21 e 28/12-CR\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Lucivaldo Santos Inês Silva e Dona Maria Gomes da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, guarda civil, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. 14 de Abril s/n., filho de Rodolfo Maximiano Silva e de Dona Raimunda Domingas Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. 14 de Abril s/n., filha de Dôna Marta Gomes da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1557-21 e 28/12-CR\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Antônio Machado dos Santos e a senhorinha Maria da Glória Bastos da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, marítimo, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Diogo Moa n. 623, filho legítimo de Antônio Machado dos Santos e Dona Joana Carvalho dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, comerciária, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Djalma Dutra n. 465, filha legítima de Dona Senhorinha Bastos da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1558-21 e 28/12-CR\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Luciano de Oliveira e a senhorinha Maria de Nazaré da Silva.

Ele diz ser viúvo, natural do Pará, Belém, serralheiro, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Juruá n. 84, filho de Dona Raimunda Oliveira.

Ela é também viúva, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua 13 de Maio n. 1.023, filha legítima de João Gregório dos Santos e de Dona Maria José da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 20 de dezembro de 1951.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raimundo Honório.

(T-1560-21 e 28/12-CR\$ 40,00)

EDITAIS

JUSTIÇA DO TRABALHO — 8.^a REGIÃO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM (PARÁ)

Pelo presente, fica notificado Navegação Aérea Brasileira, presentemente sem endereço conhecido, para ciência de que em audiência realizada no dia 2 de junho de 1950, foi proferida por esta Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, a sentença dos processos de reclamações números 509, 510 e 511/50, em que é reclamado, e reclamantes ratificaram os termos das reclamações e não apresentaram testemunhas. O primeiro e o terceiro reclamantes exibiram carteira profissional devidamente anotadas pela reclamada. O segundo exibiu também carteira profissional na Secretaria, anotada pela reclamada, como se vê da certidão de fórmula do Doutor Chefe de Secretaria. Em razões finais os reclamantes pediram a procedência das reclamações. As propostas de conciliação ficaram prejudicadas pela ausência da reclamada. Considerando que a ausência da reclamada importa, ex vi legis, em confissão quanto a matéria de fato alegada pelos reclamantes, reputando, pois, verdadeiras as alegações pertinentes ao salário e seu não pagamento, bem assim a não concessão de férias. Considerando que a falta de não pagamento de salário é motivo para que o empregado considere rescindido o contrato de trabalho, sendo, portanto, lícito aos reclamantes assim proceder, sabido como é a situação de insolvença da reclamada. Considerando que ficou inutilmente provada a reclamação do empregado havido entre as partes, em face das carteiras profissionais anotadas pela reclamada. Considerando que a não concessão de férias ficou igualmente provada já pela confissão ficta, já pela anotação das mesmas nas carteiras profissionais dos reclamantes. Considerando que o salário decorrente do pré-aviso não concedido somente é devido quando a iniciativa da rescisão motivada é do empregador, o que não ocorre na espécie, de vez que foram os reclamantes, por ato próprio, ainda que por motivo justo, rescindiram o contrato de trabalho. Considerando que o mais consta dos autos. Resolve a Junta, por unanimidade de votos, julgar procedentes, em parte as reclamações para condonar a reclamada Navegação Aérea Brasileira e o terceiro de dezessete mil novecentos e oitenta e dois cruzeiros, como indenização por dispensa

injusta, aviso prévio, férias e salários retidos desde setembro de quarenta e oito a janeiro de cinquenta. A reclamada foi notificada, mediante edital, sendo revel e confessou. Interrogados os reclamantes ratificaram os termos das reclamações e não apresentaram testemunhas. O primeiro e o terceiro reclamantes exibiram carteira profissional devidamente anotadas pela reclamada. O segundo exibiu também carteira profissional na Secretaria, anotada pela reclamada, como se vê da certidão de fórmula do Doutor Chefe de Secretaria. Em razões finais os reclamantes pediram a procedência das reclamações. As propostas de conciliação ficaram prejudicadas pela ausência da reclamada. Considerando que a ausência da reclamada importa, ex vi legis, em confissão quanto a matéria de fato alegada pelos reclamantes, reputando, pois, verdadeiras as alegações pertinentes ao salário e seu não pagamento, bem assim a não concessão de férias. Considerando que a falta de não pagamento de salário é motivo para que o empregado considere rescindido o contrato de trabalho, sendo, portanto, lícito aos reclamantes assim proceder, sabido como é a situação de insolvença da reclamada. Considerando que ficou inutilmente provada a reclamação do empregado havido entre as partes, em face das carteiras profissionais anotadas pela reclamada. Considerando que a não concessão de férias ficou igualmente provada já pela confissão ficta, já pela anotação das mesmas nas carteiras profissionais dos reclamantes. Considerando que o salário decorrente do pré-aviso não concedido somente é devido quando a iniciativa da rescisão motivada é do empregador, o que não ocorre na espécie, de vez que foram os reclamantes, por ato próprio, ainda que por motivo justo, rescindiram o contrato de trabalho. Considerando que o mais consta dos autos. Resolve a Junta, por unanimidade de votos, julgar procedentes, em parte as reclamações para condonar a reclamada Navegação Aérea Brasileira e o terceiro de dezessete mil novecentos e oitenta e dois cruzeiros, como indenização por dispensa